



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E**  
**CONTABILIDADE – FEAAC**  
**PROGRAMA DE ECONOMIA PROFISSIONAL – PEP**

**PEDRO HENRIQUE XIMENES DE PONTES**

**O DESEMPENHO DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL NO ESTADO DO**  
**CEARÁ NO PERÍODO DA CRISE MUNDIAL RECENTE ENTRE 2008 E 2010**

**FORTALEZA**

**2017**

**PEDRO HENRIQUE XIMENES DE PONTES**

**O DESEMPENHO DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL NO ESTADO DO  
CEARÁ NO PERÍODO DA CRISE MUNDIAL RECENTE ENTRE 2008 E 2010**

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Economia Profissional – PEP, da Universidade Federal do Ceará - UFC, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia. Área de Concentração: Economia do Setor Público.

Orientador: Prof. Dr. Nicolino Trompieri Neto

**FORTALEZA**

**2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

P859d Pontes, Pedro Henrique Ximenes de.  
O desempenho das receitas correntes e de capital no estado do Ceará no período da crise mundial recente entre 2008 e 2010 / Pedro Henrique Ximenes de Pontes. – 2017.  
35 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Mestrado Profissional em Economia do Setor Público, Fortaleza, 2017.

Orientação: Prof. Dr. Nicolino Trompieri Neto.

1. Orçamento Público . 2. Receitas Correntes e de Capital. 3. Crise Financeira mundial. I. Título.

CDD 330

---

**PEDRO HENRIQUE XIMENES DE PONTES**

**O DESEMPENHO DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL NO ESTADO DO  
CEARÁ NO PERÍODO DA CRISE MUNDIAL RECENTE ENTRE 2008 E 2010**

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Economia Profissional – PEP, da Universidade Federal do Ceará - UFC, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia. Área de Concentração: Economia do Setor Público.

Aprovada em: **27 de junho de 2012.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Nicolino Trompieri Neto (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Prof. Dr. Márcio Veras Corrêa  
Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Prof. Dr. Paulo de Melo Jorge Neto  
Universidade Federal do Ceará – UFC

**Dedico este trabalho à minha família, que em todos os momentos nunca deixou de acreditar nos meus sonhos, sempre dando apoio incondicional, em especial ao meu filho Vinícius, fonte maior de todas as minhas inspirações.**

## RESUMO

Motivado pelos recentes abalos ocorridos no mercado financeiro mundial, o estudo busca avaliar o desempenho das receitas correntes e de capital do Estado do Ceará durante o período da recente crise financeira mundial entre 2008 e 2010, visualizando possíveis impactos sofridos por estas receitas em virtude das turbulências citadas. Inicialmente foi feito um breve histórico da crise, esclarecendo sua origem e suas consequências para o ente federativo objeto do trabalho. Posteriormente será observada definições sobre as receitas correntes e de capital, com seus subtipos, dando ênfase maior ao ICMS e ao Fundo de Participação dos Estados. Em relação à metodologia, em um primeiro momento, será possível observar por intermédios de gráficos como as principais receitas se comportaram, mas precisamente durante o período de 2002 até 2011, onde abrange os anos anteriores ao objeto do estudo, para que seja possível verificar as oscilações que por ventura ocorreram, e caso positivo, se este fato aconteceu em virtude da crise financeira. Em seguida será possível verificar, por meio das elasticidades estimadas de um Modelo Linear de Regressão Múltipla do tipo Log-Log, como as principais variáveis que explicam as Receitas Correntes do Ceará afetam suas arrecadações. Para tanto a estimação foi realizada utilizando dados mensais para o período de janeiro de 2002 a junho de 2011, perfazendo 120 informações. Por fim, o estudo concluí que apesar do forte impacto no mercado mundial, as receitas públicas do Estado do Ceará, praticamente não foram afetadas, passando quase que incólume aos impactos da crise.

**Palavras-Chave:** Orçamento Público. Receitas Correntes e de Capital. Crise Financeira mundial.

## ABSTRACT

Motivated by the recent quake occurred in world financial markets, the study aims to evaluate the performance of current income and capital of Ceará State during the recent global financial crisis between 2008 and 2010, seeing potential revenue impacts suffered by them due to turbulence cited. Initially it was like a brief history of the crisis, explaining its origins and consequences for the federative object of labor. Later definitions will be observed on the current income and capital with subtypes, giving greater emphasis to the GST and the State Participation Fund. Regarding the methodology, at first, you can observe for intermediate graphs as the main revenue behaved, but precisely during the period 2002 to 2011, which covers the years prior to the study object, so you can check the oscillations that occurred by chance, and if so, whether this actually happened because of the financial crisis. Then you can verify, by means of the estimated elasticities of a Multiple Linear Regression of Log-Log type, as the main variables that explain the current income and capital of Ceara affect their revenues. For this estimation was performed using monthly data for the period January 2002 to June 2011, a total of 120 information. Finally, the study concluded that despite the strong impact on the world market, the revenues of the State of Ceará, were practically not affected, rising almost to the impacts of the crisis unscathed.

**Keywords:** Public Budget. Current Revenue and Capital. World Financial Crisis.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Desempenho das receitas correntes – 2002 a 2011.....	16
Gráfico 2 - Divisão das receitas correntes – 2008 a 2010.....	16
Gráfico 3 - Receitas Tributárias em 2010.....	18
Gráfico 4 - Arrecadação do ICMS – 2002 a 2011.....	19
Gráfico 5 - Participação das transferências correntes em 2010.....	20
Gráfico 6 - Desempenho do FPE – 2002 a 2011.....	21
Gráfico 7 - Desempenho das receitas de capital.....	24
Gráfico 8 - Transferências de capital – 2002 a 2011.....	25
Gráfico 9 - Desempenho das operações de crédito – 2002 a 2011.....	26

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação das operações de crédito sobre as receitas de capital – 2009 e 2010.....	26
Tabela 2 - Resultados do Modelo 1.....	29
Tabela 3 - Resultados do Modelo 2.....	29

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2</b>	<b>BREVE HISTÓRICO SOBRE A CRISE DE 2008 E O IMPACTO SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA</b> .....	12
<b>2.1</b>	<b>Orçamento e receita pública</b> .....	13
<b>2.1.1</b>	<b><i>Receitas correntes</i></b> .....	15
<b>2.1.1.1</b>	<i>Receitas tributárias</i> .....	17
<b>2.1.1.1.1</b>	ICMS.....	17
<b>2.1.1.2</b>	<i>Transferências correntes</i> .....	19
<b>2.1.1.2.1</b>	Fundo de Participação dos Estados – FPE.....	20
<b>2.1.1.3</b>	<i>Receitas de contribuições</i> .....	21
<b>2.1.1.4</b>	<i>Receita patrimonial</i> .....	22
<b>2.1.1.5</b>	<i>Receita de serviços</i> .....	22
<b>2.1.1.6</b>	<i>Receita agropecuária</i> .....	22
<b>2.1.1.7</b>	<i>Receita industrial</i> .....	23
<b>2.1.1.8</b>	<i>Outras receitas correntes</i> .....	23
<b>2.1.2</b>	<b><i>Receitas de capital</i></b> .....	23
<b>2.1.2.1</b>	<i>Transferências de capital</i> .....	24
<b>2.1.2.2</b>	<i>Operações de crédito</i> .....	25
<b>2.1.2.3</b>	<i>Alienação de bens</i> .....	26
<b>2.1.2.4</b>	<i>Amortização de empréstimos</i> .....	27
<b>2.1.2.5</b>	<i>Outras receitas de capital</i> .....	27
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	28
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	31
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	33

## 1 INTRODUÇÃO

A necessidade cada vez maior dos estados em arrecadar recursos para suprir os investimentos e as despesas públicas, atendendo assim as demandas da sociedade, vem fazendo com que os entes federativos busquem sempre as mais variadas alternativas para apresentarem incremento de verbas aos cofres públicos. Entretanto, em alguns períodos, essa necessidade de angariar cada vez mais receitas fica extremamente complicada, em virtude, principalmente, das crises que assolam os mercados negativamente. Como exemplo, temos a recente crise financeira mundial, que teve como um de seus pontos máximos a quebra de um dos maiores bancos de investimentos do planeta, o Lehman Brothers, sediado nos EUA.

O Brasil, mesmo neste período, apresentou um crescimento em sua arrecadação, fazendo com que os efeitos da citada crise não fossem sentidos de modo tão impactantes, diferentemente do que ocorreu em outros países, onde os danos desta turbulência no mercado financeiro foram devastadores, inclusive tendo países que desde então não conseguiram se recuperar.

A receita pública, de modo geral, pode ser definida como sendo o montante total em dinheiro recolhido pelo Tesouro, incorporado ao patrimônio do estado, e que serve para custear as despesas públicas e as necessidades de investimentos públicos. Outro conceito cabível é o de que receita pública são todos os ingressos de caráter não devolutivo auferidas pelo poder público para alocação e cobertura das despesas públicas. Desse modo, todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública, pois tem como finalidade atender às despesas públicas.

Inúmeras são as classificações atribuídas as receitas públicas, inicialmente podemos dividi-las em orçamentárias e extraorçamentárias, onde aquelas, como o próprio nome já diz, são as receitas previstas nos orçamentos dos entes públicos, a arrecadação destas depende de autorização legislativa, e estes ingressos serão destinados exclusivamente para aplicações em programas e ações governamentais. São os tributos, as transferências, as alienações, as rendas, os retornos de empréstimos e as operações de créditos por prazo não inferior a doze meses.

As receitas extraorçamentárias são aquelas que não integram o orçamento público, pertencem a terceiros, daí também a denominação de recursos de terceiros. Apresentam caráter provisório e são arrecadados pelo ente público exclusivamente para fazer face às exigências contratuais pactuadas para posterior devolução. Independem de autorização legislativa, o Estado age apenas como depositário desses valores.

De acordo com a fonte geradora dos recursos, as receitas públicas são definidas como sendo originárias ou derivadas. Esta definição tem um sentido amplo, onde a primeira é a receita proveniente do patrimônio público, isto é, o estado coloca a disposição da sociedade o seu patrimônio e em contrapartida exige um pagamento por parte destes, como exemplo, destacamos as receitas patrimoniais, industriais e de serviços. Já em relação às derivadas, o estado utiliza seu poder de coerção, exigindo da sociedade o pagamento de tributos ou multas, estas são hoje a maior fonte de recursos por parte do estado.

Por fim, temos a classificação econômica das receitas públicas orçamentárias, objeto do presente estudo. Conforme a Lei 4.320/64, que estabeleceu Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, a receita pública será classificada conforme a categoria econômica em Correntes e de Capital. As receitas correntes são aquelas oriundas do poder impositivo do estado, da exploração do seu patrimônio e de atividades econômicas, bem como as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinados a aplicação em despesas correntes e de capital. As receitas correntes são formadas pelas receitas tributárias, patrimoniais, industriais, de contribuições, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes. Dentre estas, sobressaem as tributárias e as transferências correntes, que representam cerca de 80% da arrecadação total do Estado do Ceará.

As receitas de capital, também denominadas de secundárias, conforme o art.11, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.939, de 20 de maio de 1982, são as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados à atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o Superávit do Orçamento Corrente. São geralmente entradas de recursos provenientes de atividades não operacionais com o intuito de se aplicar em despesas operacionais. São constituídas pelas operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital. Estas receitas quando analisadas no total da arrecadação do Estado do Ceará no período de 2008 a 2010, não representam mais de 11% do total da arrecadação, chegando, no ano de 2008 a representar apenas cerca de 3% dos recursos angariados aos cofres públicos.

Diante desta breve explanação, o presente trabalho tem como objetivo principal avaliar o desempenho das Receitas correntes e de capital, detalhando seus subtipos, e fazendo um estudo detalhado destas contas durante o período da crise financeira mundial recente, mas

precisamente nos anos 2008, 2009 e 2010. Também verificaremos como as principais variáveis que explicam as Receitas Correntes do Ceará afetam suas arrecadações.

Especificamente observaremos quais receitas sofreram maior impacto durante este período e se a crise de algum modo influenciou a arrecadação no Estado do Ceará. Definiremos ainda de forma clara e objetiva todos os tipos das principais fontes de recursos disponíveis pelo estado do Ceará. E por fim, iremos estimar as elasticidades entre as variáveis explicativas e as Receitas Correntes do Ceará, utilizando um Modelo Linear de Regressão Múltipla do tipo Log-Log.

A dissertação encontra-se organizada da seguinte forma: na seção seguinte iremos enfatizar a crise de 2008, observando seu impacto para a economia brasileira e as medidas tomadas pelo governo no intuito de amenizar seus efeitos. Ainda dentro da seção citada, conceituaremos orçamento, atribuindo maior destaque a receita pública e suas derivações, detalhando minuciosamente as receitas correntes e as de capital, como também seus subtipos.

Exploraremos as receitas tributárias, em especial a arrecadação do ICMS, que indiscutivelmente representa a fonte principal de recolhimento do estado, sendo responsável quase que pela metade de todos os ingressos de valores nos cofres públicos e analisando ainda o Fundo de Participação dos Estados – FPE, no intuito de observarmos se estas transferências foram afetadas durante o intervalo da crise.

Posteriormente detalharemos a metodologia utilizada, com a análise dos resultados alcançados e as considerações finais do trabalho, onde sintetizaremos toda a matéria abordada durante o trabalho.

## **2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A CRISE DE 2008 E O IMPACTO SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA**

A crise de 2008, gerada pelo famoso estouro da “bolha imobiliária” americana, que foi provocada pelo excesso de financiamentos imobiliários naquele país, acabou resvalando em todo o continente e teve como um dos seus ápices a decretação da falência do então tradicional banco de investimento Lehman Brothers e, por conseguinte a quebra de outras tradicionais instituições financeiras.

Entretanto, para melhor entendermos esta crise, necessário se faz voltarmos um pouco no tempo, mas precisamente no início de 2001, onde foi deflagrada a crise das empresas “pontocom”, que como o próprio nome nos direciona, é relacionada as empresas de tecnologia da informação e comunicação baseadas na internet. Em decorrência desta crise, que ocorreu quando o índice Nasdaq, que mede a variação de preço das ações de empresas de informática e telecomunicações despencou. Posteriormente no intuito de injetar ânimo ao mercado, o Banco Central Americano, passou a reduzir a taxa de juros, com o objetivo de baratear empréstimos e financiamentos, tentando encorajar assim consumidores a voltarem a gastar.

Assim sendo, diante deste incentivo, os consumidores voltaram a comprar, principalmente imóveis, e em decorrência desta procura os preços destes começaram a aumentar, virando assim fonte de investimentos, com a ideia de que se adquire por um preço barato e mais a frente vende-se com uma boa margem de lucro. Logo cresceu também a procura por hipotecas, onde os americanos pediam dinheiro emprestado às instituições financeiras dando como garantia as suas próprias casas. Porém esses valores concedidos através destes empréstimos hipotecários eram em grande parte de alto risco, conhecidos como subprimes, em virtude de serem concedidos a clientes frágeis, que não apresentavam segurança na quitação dos débitos, e em virtude deste fato os juros cobrados eram maiores.

Logo, em meados de 2005, o Banco Central Americano precisou elevar a taxa de juros, com o objetivo de conter a inflação, desregulando assim a situação que estava funcionando até então. Os valores dos imóveis começaram a sofrer reduções, os títulos hipotecários começaram a desvalorizar, a inadimplência aumentou drasticamente em função de um crescimento menor da economia combinado com o aumento no desemprego e no custo de vida.

Com a inadimplência nas hipotecas, os bancos não queriam mais emprestar dinheiro entre si, tendo em observância que um não sabia da situação dos outros em relação

ao pagamento destas hipotecas, criando assim uma crise de confiança. Daí em diante alguns outros fatores agravaram ainda mais essa crise. A crise teve um aspecto de financeira por ter sido desencadeada inicialmente nos bancos, mas a decorrente falta de crédito e as incertezas geradas tiveram como consequência um caos na economia mundial.

No Brasil, os reflexos da crise foram também sentidos. Os investidores de todo o mundo passaram a tirar as aplicações de ações de empresa, de bancos e de títulos de governo, incluindo aí justamente os do Brasil, isso porque houve grande desconfiança sobre a veracidade de balanços apresentados por alguns bancos e empresas, além do que, os aplicadores necessitavam resgatar investimentos com o objetivo de cobrir os prejuízos obtidos com a crise. Como reflexo, o sistema financeiro que é interligado em todo o mundo, acabou resultando na falta de dinheiro no Brasil para a concessão de crédito tanto para empresas como para consumidores.

Houve ainda em um primeiro momento uma alta no valor do dólar, que somada à falta de crédito no Brasil, prejudicou principalmente algumas empresas que tinham dívidas em dólar e não estavam blindadas com alterações tão violentas na moeda americana.

O governo brasileiro na intenção de amenizar os efeitos da crise, injetou uma série de estímulos na economia visando aumentar o consumo, dentre estes, a redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), alteração no formato da cobrança do Imposto de Renda e o estímulo ao crédito em bancos públicos. Estes pacotes foram de suma importância para manter a economia aquecida. Destaca-se também que antes da crise o Banco Central do Brasil, vinha com uma política de elevação de juros no país, durante a crise houve uma estagnação nessa elevação e posteriormente uma queda nessas taxas, o que acarretou um maior estímulo ao crédito no país, aumentando assim o consumo.

Com essas medidas tomadas pelo governo brasileiro, a economia brasileira conseguiu atravessar esse período sem sentir de forma tão impactante os efeitos da crise, ou seja, apesar de não atravessar incólume o período de turbulência no mercado mundial, o Brasil demonstrou uma política econômica sustentável.

## **2.1 Orçamento e receita pública**

Visando atender as demandas da sociedade e o perfeito funcionamento das contas públicas, necessário se faz, por parte das esferas governamentais (federal, estadual e municipal) um planejamento para a perfeita execução dos seus projetos. Diante disto, a

elaboração e definição do orçamento, necessita de uma autorização prévia do Legislativo para que sejam realizadas as receitas e despesas de um determinado ente público, em um determinado intervalo de tempo.

Nas palavras de Piscitelli e Timbó (2009), a ação planejada do Estado, quer na manutenção de suas atividades, quer na execução de seus projetos, materializa-se através do orçamento público, que é o instrumento de que dispõe o Poder Público para expressar, em determinado período, seu programa de atuação, discriminado a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios a serem efetuados.

Conforme Pires (2011), o orçamento tem como principal objetivo controlar os ingressos de recursos que a sociedade terá que contribuir para que se possa manter o funcionamento dos serviços públicos por parte de quem os controla, executando de forma eficiente o atendimento as demandas da população, bem como a aplicação desses recursos por parte de quem os controla. Portanto, o orçamento, é um processo de planejamento contínuo, dinâmico e flexível, de que o Estado se utiliza com o intuito de demonstrar seus planos e programas de trabalho, em determinado período.

Em continuação ao tema abordado neste tópico, destacamos as Receitas Públicas, que em seu sentido genérico representa todo e qualquer recolhimento destinado aos cofres públicos, podendo ser representado em numerários ou através do ingresso de algum outro bem representativo de valores, ou seja, caracteriza-se como uma entrada de recursos ao patrimônio público.

Os valores das receitas a serem arrecadados, ou seja, previstos no orçamento, constitui um trabalho de fundamental relevância e de muitas peculiaridades, pois por intermédio dos valores constantes nesta previsão é que se pode projetar a realização dos programas de trabalho a serem executados. Entretanto, por mais avançadas que sejam essas previsões de ingressos de recursos, não se pode estimar exatamente a receita futura. Várias são as táticas adotadas, dentre elas, podemos citar uma previsão baseada no penúltimo exercício ou então na média dos últimos três anos, porém, nenhuma apresenta exatidão, todas agem por aproximação, principalmente quando se lida com países de moedas instáveis, o que dificulta ainda de modo mais drástico essas realizações de receitas.

Apesar de não fazer parte do presente estudo, importante é ainda destacar a possibilidade da entrada nos cofres públicos de recursos anteriormente não previstos na autorização legislativa, a esses ingressos chamamos de receita extraorçamentária, que como o

próprio nome já diz, não integra o orçamento público. O Estado nesse caso apenas serve como depositário desses valores.

Visando um melhor entendimento em relação aos ingressos de recursos nos cofres públicos, as receitas são classificadas em categorias, em seu primeiro nível, que é o objeto do presente trabalho, estas receitas são diferenciadas por categoria econômica, conforme é possível observar na Lei Federal nº 4.320/64 em seu artigo 11, vejamos: “A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital”.

A seguir analisaremos de forma mais detalhada esses dois tipos de receitas e suas subdivisões.

### ***2.1.1 Receitas correntes***

Conforme a citada Lei 4.320/64, no mesmo artigo 11, desta feita em seu parágrafo 1º:

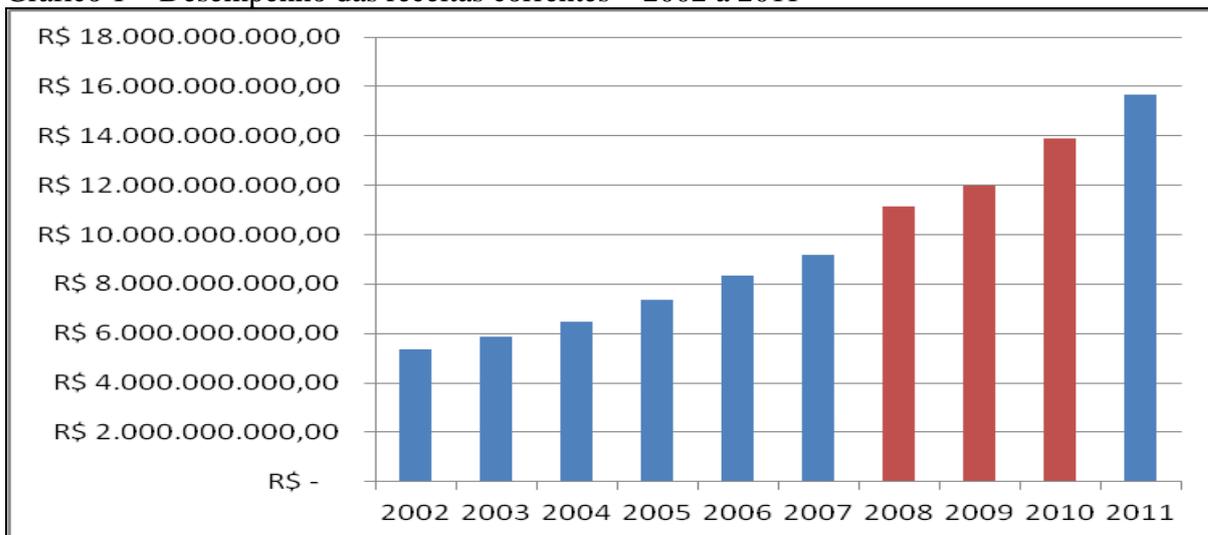
São receitas correntes as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

Estas receitas decorrem do poder impositivo do Estado, e tem essa denominação porque não origina de operações de crédito, amortização de empréstimos e financiamentos nem alienação de componentes do ativo permanente. Elas derivam do poder de tributar do ente político ou então resultam da venda de produtos ou de serviços colocados à disposição dos usuários.

Ainda se utilizando do conceito exposto pela lei, são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais, para aplicação em despesas correspondentes, também em atividades operacionais, correntes ou de capital, visando ao alcance dos objetivos definidos nos programas de governo.

As receitas correntes representam os maiores ingressos de recursos nos cofres públicos. A seguir podemos observar o desempenho destas receitas nos anos de 2002 até 2011 no Estado do Ceará, podendo assim avaliar com maior precisão o desempenho destas receitas durante o período pré-crise juntamente com o período efetivo da crise.

Gráfico 1 – Desempenho das receitas correntes – 2002 a 2011

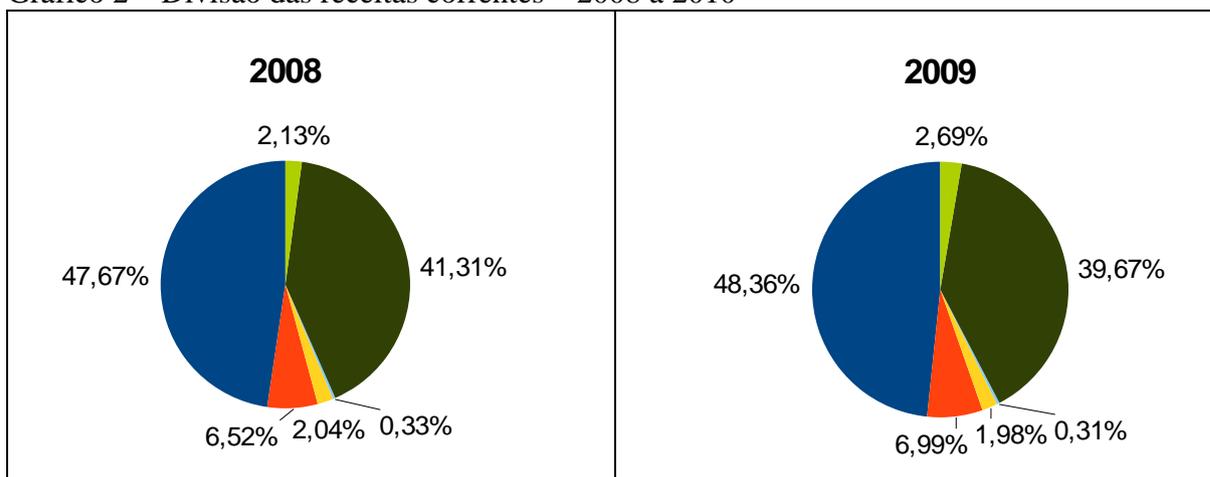


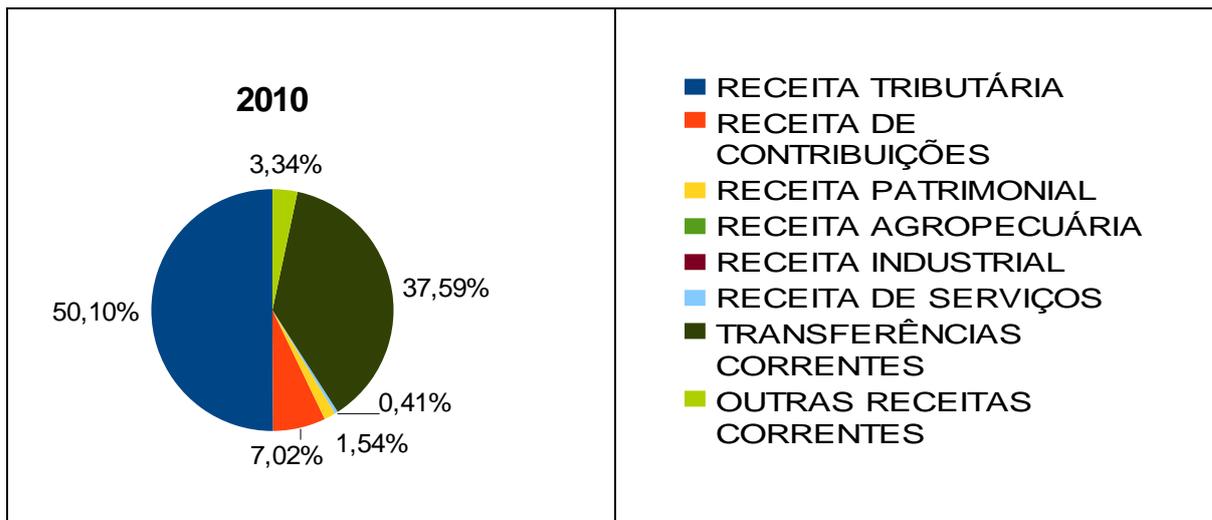
Fonte: Seplag/CE

Posto este dados, podemos notar que as receitas correntes, mantiveram um crescimento permanente durante todo o período, inclusive durante o tempo abrangido pela crise objeto deste estudo.

No gráfico a seguir, de forma mais minuciosa, detalharemos como se comportaram os subtipos das receitas correntes, desta feita, mais precisamente durante o período de 2008 a 2010, analisando a participação de cada receita sobre o total arrecadado.

Gráfico 2 – Divisão das receitas correntes – 2008 a 2010





Fonte: Elaboração do autor

### 2.1.1.1 Receitas tributárias

A maior fonte de arrecadação dentre todas as receitas, seja corrente ou de capital, são as receitas advindas dos tributos, que são os ingressos provenientes de impostos, taxas e contribuições de melhoria. Defini-se como o resultante da cobrança de tributos, pagos pelos contribuintes em decorrência de suas atividades, suas rendas, suas propriedades e dos benefícios diretos e imediatos recebidos do Estado.

Na subdivisão das receitas tributárias, destacamos que a representatividade maior dessas receitas oriunda do ICMS, que representa mais de 85% dos recursos ingressos nos cofres públicos por meio de tributos no período de 2008 a 2010, e que mesmo diante da crise ocorrida no mundo durante esse período, em nenhum momento, houve declínio em sua arrecadação.

#### 2.1.1.1.1 ICMS

O atual ICMS originou-se do antigo Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC), sendo substituído posteriormente pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). Com previsão no art.155. II da Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996, o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, é um tributo de competência dos Estados e do Distrito Federal.

Vejamos o que estabelece a Constituição Federal no artigo acima citado:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

...

II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Como podemos observar, o dispositivo legal acima demonstra o imenso campo de incidência do ICMS, abrangendo seu fato gerador não apenas a circulação de mercadorias, como também os serviços de transportes e de comunicação. No Estado do Ceará, a Lei Estadual 12.670/96, em seu artigo primeiro, assim trata o ICMS:

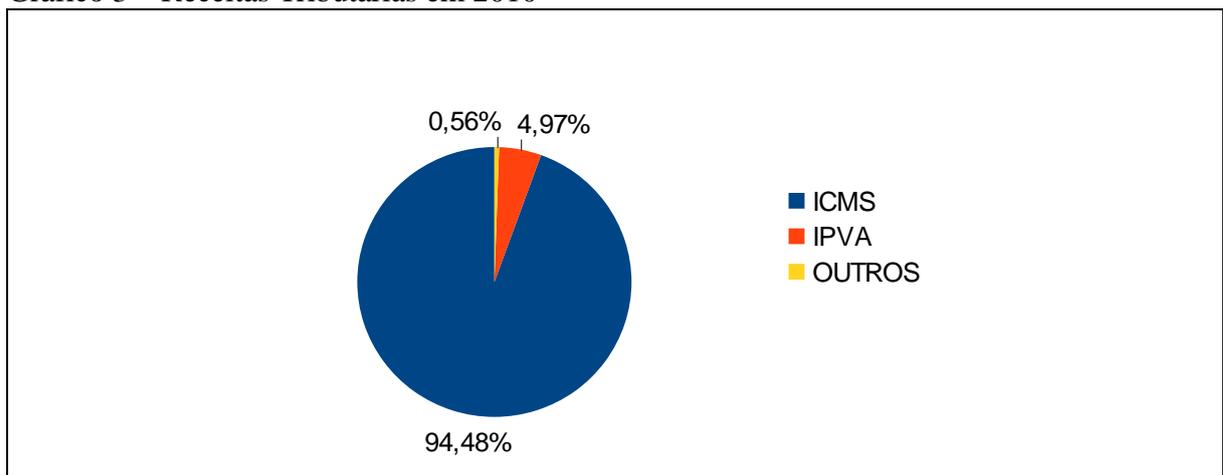
Art. 1º Esta Lei consolida as disposições legais referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, de que tratam o inciso II do artigo 155, da Constituição da República Federativa do Brasil, e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

Já o Decreto 24.569/97, que regulamenta o ICMS no Estado do Ceará, dispõe sobre a hipótese de incidência do tributo:

Art. 1º O imposto de que trata este Decreto incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

O ICMS é dentre as receitas do estado a que tem maior representatividade, chegando a responder a mais de 90% das receitas tributárias do Ceará. Fato este que pode ser comprovado no gráfico 3, quando podemos observar a participação deste imposto sobre o total dos tributos arrecadados no Estado em 2010. Vejamos:

Gráfico 3 – Receitas Tributárias em 2010

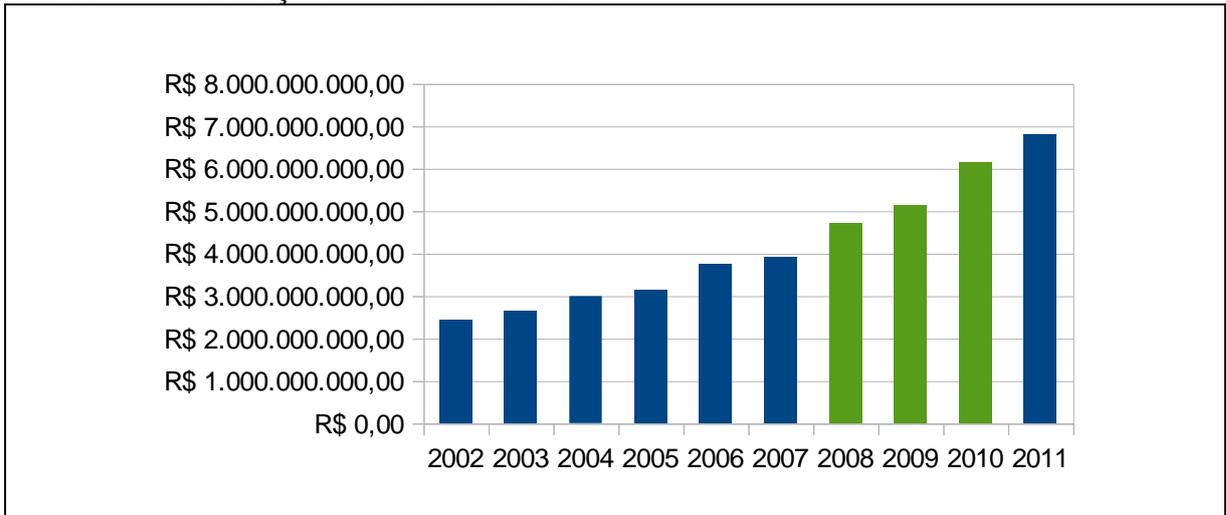


Fonte: Elaboração do autor

Verificamos conforme o gráfico acima o quão o Estado é dependente da arrecadação do ICMS, chegando os demais tributos a representar apenas pouco mais de 5% dos recursos ingressos nos cofres públicos em relação as receitas tributárias. No que se refere

ao comportamento do ICMS durante o período da crise financeira de 2008 a 2010, poderemos observar a seguir que mesmo diante desta adversidade os valores obtidos por intermédio deste imposto não sofreram alterações negativas, isto é, mesmo durante o citado período a arrecadação manteve-se em patamar de constante elevação, quando comparado aos anos pré-crise.

Gráfico 4 – Arrecadação do ICMS – 2002 a 2011



Fonte: Elaboração do autor

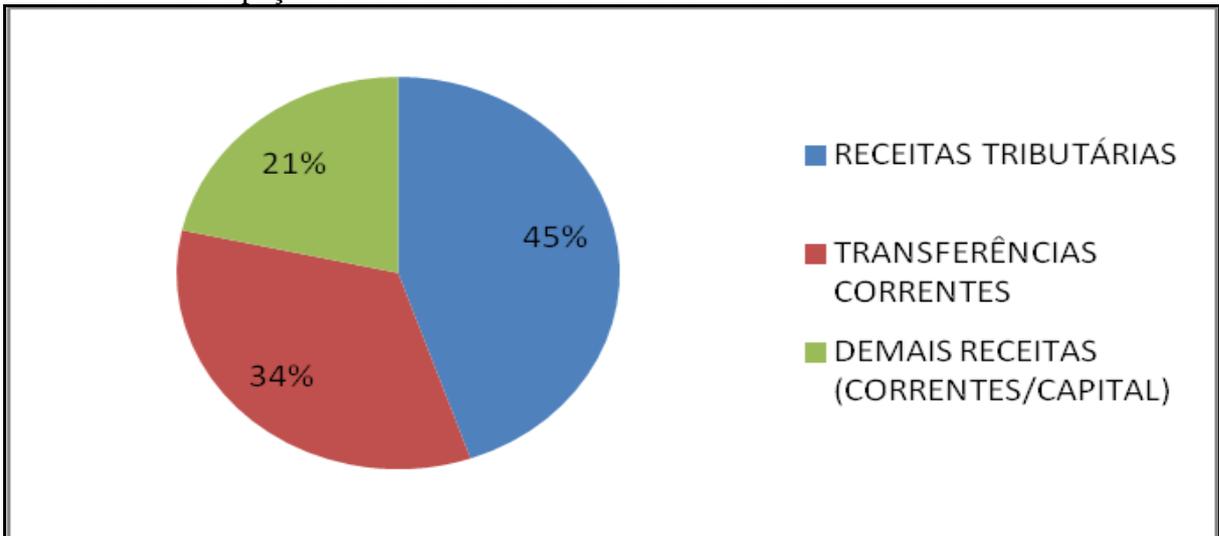
Conforme explicitado, vemos que em nenhum momento no intervalo de 2002 a 2011 o ICMS sofreu queda em sua arrecadação, inclusive durante o período da crise mundial, tendo inclusive aumentando significativamente no ano de 2010.

#### 2.1.1.2 Transferências correntes

Juntamente com as receitas tributárias, as transferências representam quase que a totalidade dos ingressos de recursos ao erário no Estado do Ceará. São as entradas de recursos financeiros provenientes de outras entidades de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.

A seguir exemplificamos no gráfico o quanto representou esta receita somada com as receitas tributárias no ano de 2010 no Ceará.

Gráfico 5 – Participação das transferências correntes em 2010



Fonte: Elaboração do autor

#### 2.1.1.2.1 Fundo de Participação dos Estados – FPE

Dentro das Transferências Correntes, os valores mais significativos relacionam-se ao Fundo de Participação dos Estados, que é uma transferência federal repassada aos Estados de modo geral, e que apresenta como principal objetivo equalizar a capacidade fiscal dos entes federativos.

A previsão legal para estes repasses encontra-se descrita no Art. 159, inciso I, alínea “a”, da Constituição Federal, que assim dispõe:

Art. 159. A União entregará:

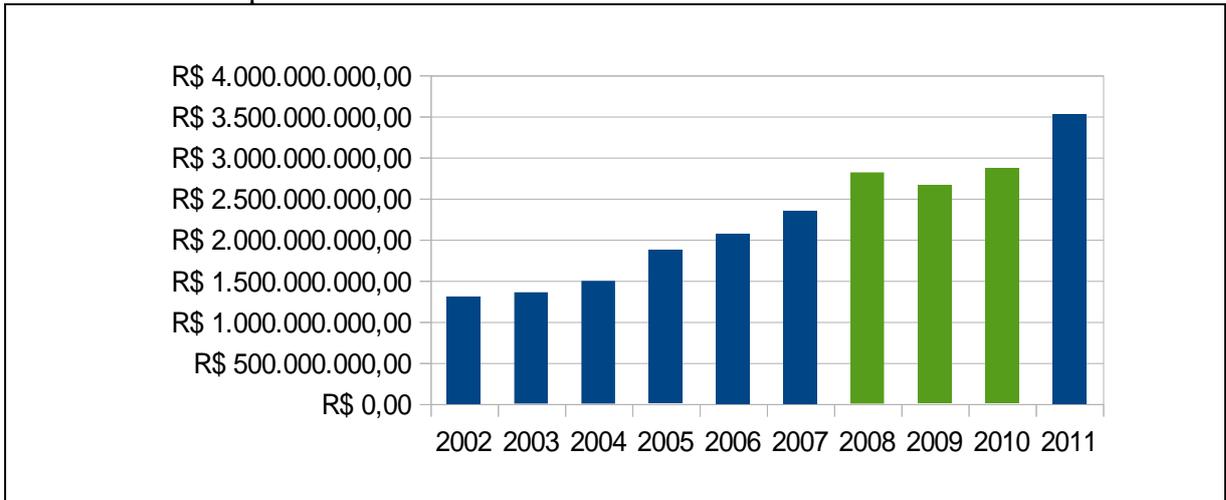
I- do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

Assim sendo, as receitas que fazem parte do FPE estão compreendidas como sendo 21,5% da arrecadação líquida do IR e do IPI, que são arrecadadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e repassadas aos Estados. O mote principal destas transferências é uma redistribuição de renda nacional de forma mais justa, tendo em vista que os valores arrecadados em áreas mais desenvolvidas são redistribuídos para áreas com menor poder de desenvolvimento no país, sendo o maior beneficiado as regiões Norte e Nordeste.

Em relação ao Ceará, estes fundos representam um valor de fundamental importância para os cofres do Estado. Durante o período da crise esta conta, foi uma das raras que sofreu impacto, chegando inclusive a haver decréscimo nos valores repassados, fato este que visualizaremos a seguir:

Gráfico 6 – Desempenho do FPE – 2002 a 2011



Fonte: Elaboração do autor

Conforme o gráfico acima, notamos que de 2002 até 2008, onde houve o impacto inicial da crise os valores se mantiveram em elevação, entretanto, em 2009, houve uma ligeira queda nos recursos repassados, voltando a subir de forma discreta em 2010, ficando no mesmo patamar de 2008. Apenas em 2011 houve um acréscimo em relação a esses fundos de modo mais severo, ultrapassando pela primeira vez a casa dos 3 bilhões.

### 2.1.1.3 Receitas de contribuições

Também é uma fonte das receitas correntes, porém, destina-se a arrecadar recursos relativos a contribuições sociais, que tem como objeto o custeio da seguridade social, compreendendo aqui a previdência social, a saúde e a assistência social; as contribuições econômicas, que derivam da contraprestação à atuação estatal exercida em prol de determinada categoria e; as contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas, que são destinadas ao fornecimento de recursos aos órgãos representativos de categorias econômicas que são legalmente regulamentadas, ou então, à órgãos que atuam em defesa de interesse dos empregadores ou empregados. Servindo assim, como instrumento de intervenção nas respectivas áreas e destinadas em regra, à manutenção dos programas e serviços sociais e de interesse da coletividade.

#### *2.1.1.4 Receita patrimonial*

Recursos provenientes de rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidade em operações de mercado, além de outros rendimentos derivados de renda de ativos permanentes. Receitas que se originam da fruição do patrimônio, seja decorrente de bens mobiliários ou imobiliários, ou então, de participações societárias. Podemos destacar como exemplo as receitas que decorrem da utilização por terceiros de bens e imóveis pertencentes ao setor público, bem como, o valor dos recursos arrecadados de concessões ou permissões ao particular do direito de exploração de serviços públicos, os quais são submetidos ao controle, a fiscalização e a regulação do poder público.

#### *2.1.1.5 Receita de serviços*

Originam-se da prestação de serviços comerciais, financeiros, de transporte, de comunicação, de saúde e de outros serviços, tais como tarifa de utilização de faróis, de pedágios e aeroportuárias. Dentre as receitas correntes, as de serviços estão entre as que apresentam menor representatividade de ingresso de recursos nos cofres públicos no Ceará.

#### *2.1.1.6 Receita agropecuária*

Representava ingresso de valores irrelevantes nos cofres públicos, prova maior disso, é que no portal da transparência do Estado do Ceará, esta conta deixou de existir entre as receitas correntes, e quando analisado os balanços orçamentários de anos anteriores, observamos que desde 2005 nada mais foi apurado nesta conta.

Estas receitas representam o ingresso proveniente da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal. Classificam-se nesse tipo de arrecadação as receitas da exploração da agricultura, como o cultivo do solo; da pecuária, que registra o valor das receitas de produção animal e derivados, como a criação, recriação ou engorda de gado e de animais de porte menor; e das atividades de beneficiamento ou transformação de produtos agropecuários. Como exemplo, podemos citar as taxas cobradas pelo Ministério da Agricultura.

### *2.1.1.7 Receita industrial*

Assim como a anterior, não possui representatividade nenhuma para os cofres do Estado. São as receitas advindas da atividade industrial extrativa mineral, de transformação, de construção e outras, originárias das atividades industriais definidas como tal pela fundação IBGE. Deixou de ter valores registrados nos orçamentos apresentados pelo Estado do Ceará em 2006.

### *2.1.1.8 Outras receitas correntes*

Por fim, ainda destacamos entre as receitas correntes, as outras receitas que não se enquadram em nenhuma das subcategorias anteriores, mas que também são fonte de receitas correntes e que são originárias das cobranças de multas e juro de mora, indenizações e restituições, além da dívida ativa e receitas diversas.

## ***2.1.2 Receitas de capital***

O artigo 11, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, define que:

São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do orçamento corrente.

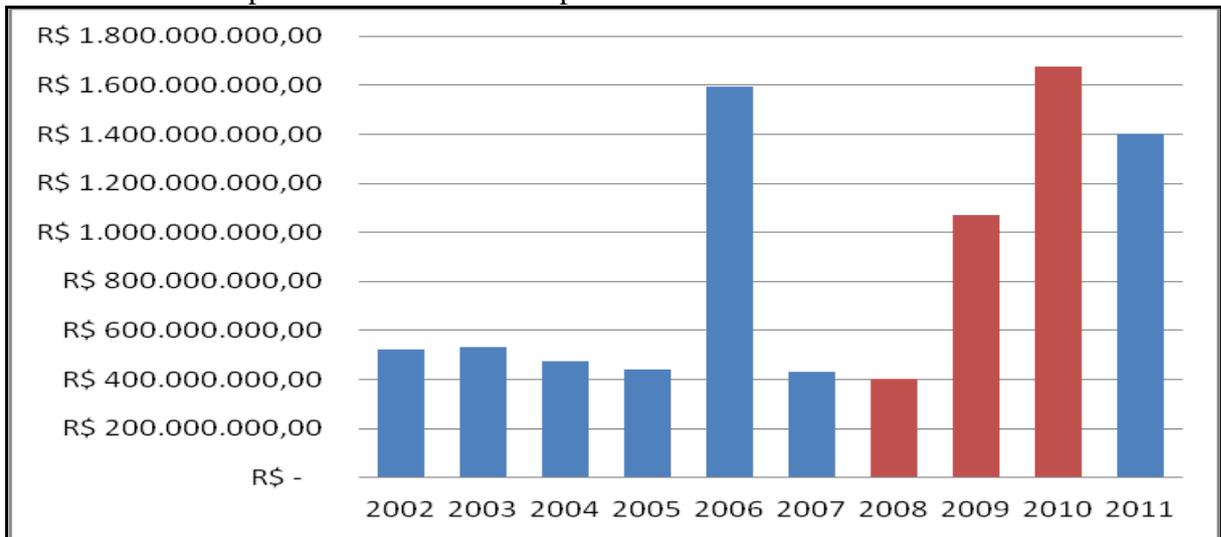
Estas receitas são assim denominadas em virtude de derivarem da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente, constituindo-se em meios para alcançar a finalidade principal do órgão ou entidade. São receitas que alteram o patrimônio duradouro do estado, podemos citar, por exemplo, aquelas decorrentes da observância de um período ou do produto de um empréstimo contraído pelo estado a longo prazo.

Como é possível notarmos, as Receitas de Capital são representadas por mutações ocorridas no patrimônio público, nada acrescentando a este, ou seja, ocorre apenas uma troca de elementos patrimoniais, aumentando os recursos do sistema financeiro com uma consequente baixa no sistema patrimonial. Ou como bem nos ensina Pires (2011), ao dizer que as receitas de capital são caracterizadas por serem receitas que tem como origem o

patrimônio (bens, direitos e obrigações), ou seja, são receitas que derivam da troca de elementos patrimoniais por ingresso de recursos financeiros.

Assim como nas receitas correntes, analisaremos no quadro abaixo as receitas de capital durante o período de 2002 a 2011 no Ceará:

Gráfico 7 – Desempenho das receitas de capital



Fonte: Elaboração do autor

Diferentemente do que aconteceu com as receitas correntes, as de capital não mantiveram durante o período analisado um crescimento constante, ocorrendo sempre oscilações entre aumento e queda de arrecadação, com ênfase maior a ser dada aos anos de 2006, 2009, 2010 e 2011, onde as receitas de capital ultrapassaram a marca de 1 bilhão em ingressos de recursos nos cofres do Estado do Ceará.

Ainda de acordo com a Lei 4.320/64, as Receitas de Capital serão classificadas nos seguintes níveis de subcategorias econômicas:

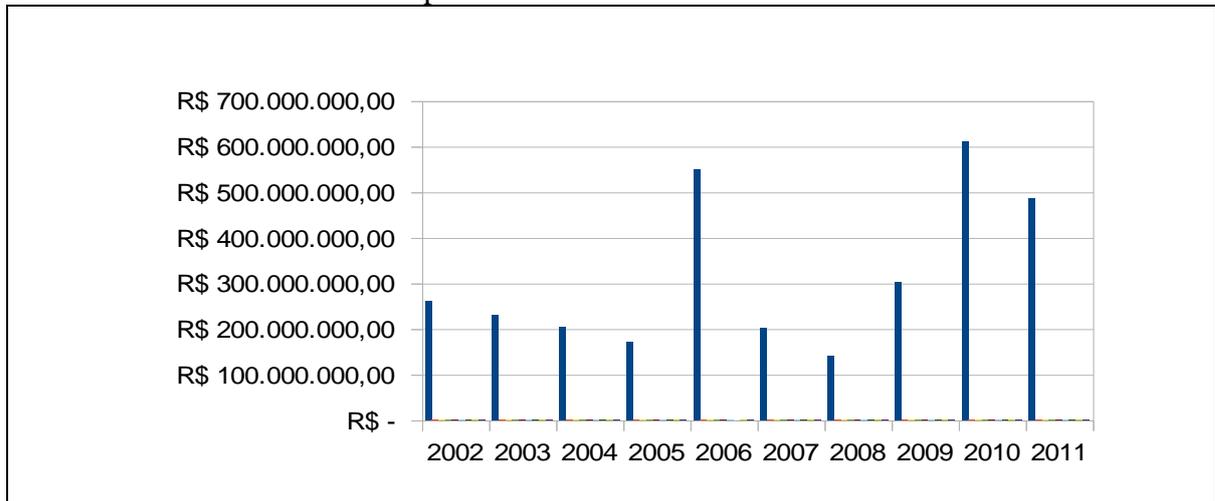
#### 2.1.2.1 Transferências de capital

São recursos recebidos de outras pessoas, seja de direito público ou privado, e independente de contraprestação direta de bens e serviços, no entanto, o objetivo tem que ser a aplicação desses ingressos em despesas de capital. Como exemplo, podemos citar as transferências intergovernamentais, que registra o valor de recursos recebidos por meio de transferências ocorridas entre esferas distintas de governo, ou ainda, as transferências de convênios, que se referem aos acordos firmados independente de contraprestação de serviços,

por entidades públicas, ou então, entre estas e organizações particulares, para a execução de objetivos de interesse comum dos partícipes, destinados a custear despesas de capital.

Essas transferências durante o período de 2002 a 2011 sofreram oscilações de forma bastante acentuada, conforme visualizaremos a seguir:

Gráfico 8 – Transferências de capital – 2002 a 2011



Fonte: Elaboração do autor

Conforme os dados expostos acima, notamos que no período de 2002 a 2005 essas transferências estavam em declínio e que em 2006 houve um incremento de extrema significância para os cofres do estado do Ceará, chegando a um patamar acima dos 500 milhões, fato que só voltou a repetir em 2010 e 2011. Esse impacto em relação a 2006 se deve as transferências de convênios, que posteriormente recuaram para apresentarem novamente uma enorme elevação.

#### 2.1.2.2 Operações de crédito

Segundo Kohama (2011), as operações de crédito são fontes oriundas da realização de recursos financeiros advindos da constituição de dívidas, através de empréstimos e financiamentos, que podem ser internas ou externas, onde as primeiras registram os valores da arrecadação decorrente de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou particulares e, externas, por exemplo, quando os valores decorrem de empréstimos realizados junto a organizações sediadas no exterior.

Estas operações representam a maior fatia dos ingressos arrecadados nas Receitas de Capital no Estado do Ceará, sendo que nos anos de 2009 e 2010, as operações de crédito

equivalem a mais do que a totalidade das outras subcategorias somadas, conforme é possível visualizar nos dados a seguir:

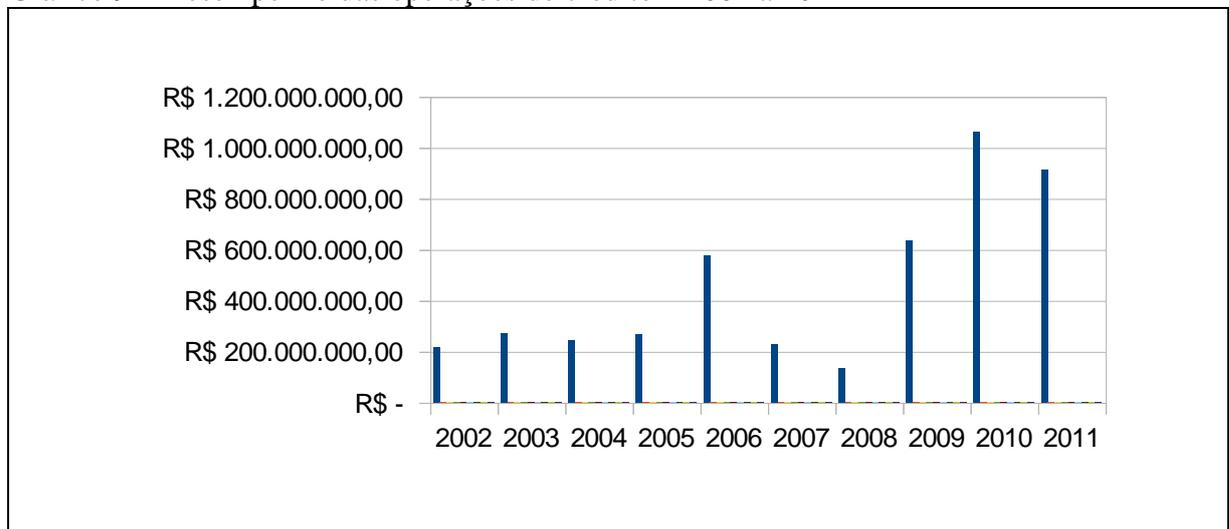
Tabela 1 – Participação das operações de crédito sobre as receitas de capital – 2009 e 2010

Categoria	2009		2010	
	Valor arrecadado	Part. %	Valor arrecadado	Part. %
Operações de Crédito	R\$635.135.247,10	59,28%	R\$1.063.158.346,91	63,39%
Alienação de Bens	R\$343.805,27	0,03%	R\$1.460.764,89	0,09%
Amortização de Empréstimos	R\$23.387,30	0,00%	R\$78.380,14	0,00%
Transferências de Capital	R\$303.710.739,42	28,35%	R\$610.211.410,10	36,39%
Outras Receitas de Capital	R\$132.212.541,42	12,34%	R\$2.162.000,00	0,13%

Fonte: SEPLAG/CE

Outro fator a ser ressaltado condiz ao desempenho das operações de crédito durante o período de 2002 a 2011, onde durante o intervalo de tempo analisado as oscilações foram constantes na arrecadação, com destaque para o ano de 2006, 2009, 2010 e 2011, onde os ingressos nos cofres públicos de operações de crédito foram desproporcionais quando comparados aos demais anos. Vejamos:

Gráfico 9 – Desempenho das operações de crédito – 2002 a 2011



Fonte: Elaboração do autor

### 2.1.2.3 Alienação de bens

Como o próprio nome já diz, é o ingresso proveniente da alienação de componentes do ativo permanente, ou seja, é a conversão em moeda corrente de bens e direitos, tais como títulos, mercadorias, bens inservíveis ou propriedades do Estado.

#### *2.1.2.4 Amortização de empréstimos*

Subcategoria de menor representatividade nos anos de 2008 a 2010 no Ceará seja entre as receitas correntes ou então as de capital. Aqui o ente público recebe valores concedidos anteriormente por meio de empréstimos ou financiamentos firmados em contratos ou títulos. Ou seja, nada mais é do que a amortização das parcelas destas operações.

#### *2.1.2.5 Outras receitas de capital*

Neste caso, são os ingressos de recursos, provenientes de origens não classificáveis nos subtipos anteriores. São receitas de natureza eventual.

### 3 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A metodologia utilizada aqui consiste na utilização de dois modelos Lineares de Regressão Múltipla do tipo Log-Log com o objetivo de estimar as elasticidades entre a receita corrente e as receitas tributárias e de transferências e entre os principais componentes dessas últimas receitas, respectivamente, o imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS) e o fundo de participação dos estados (FPE) para o Estado do Ceará. As Regressões também irão captar se a crise internacional, iniciada em setembro de 2008, afetou a receita corrente. Dada que as variáveis são séries de tempo não estacionárias, utilizaremos taxas de crescimento, no qual são estacionárias, para evitar problemas de regressões espúrias. Para tanto estimaremos utilizando dados mensais para o período de janeiro de 2002 a dezembro de 2011, perfazendo 120 informações, os seguintes modelos:

$$REC\_CORR_t = \beta_1 + \beta_2 REC\_TRIB_t + \beta_3 TRANSF_t + \beta_4 D_t + \varepsilon_t \quad (1)$$

$$REC\_CORR_t = \beta_1 + \beta_2 ICMS_t + \beta_3 FPE_t + \beta_4 D_t + \varepsilon_t \quad (2)$$

onde:

**REC\_CORR**: Logaritmo da Taxa de Crescimento da Receita Corrente;

**REC\_TRIB**: Logaritmo da Taxa de Crescimento da Receita Tributária;

**TRANSF**: Logaritmo da Taxa de Crescimento da Receita de Transferência;

**ICMS**: Logaritmo da Taxa de Crescimento do ICMS;

**FPE**: Logaritmo da Taxa de Crescimento do FPE;

**D**: *Dummie* para o período da crise internacional.

As variáveis utilizadas no modelo acima estão em unidades de reais (R\$) e foram deflacionados pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, tendo como base o mês de dezembro de 2011 e desazonalizadas pelo método X-12. Dessa forma os coeficientes estimados do modelo representam as elasticidades em termos reais entre as variáveis explicativas e a variável dependente.

As tabelas 2 e 3 apresentam respectivamente os resultados dos modelos 1 e 2. Foram aplicados os testes de White e de Breusch-Godfrey nos resíduos para testar as presenças de heterocedasticidade e autocorrelação. Detectou-se através do teste de Breusch-Godfrey a presença de autocorrelação nos resíduos para os dois modelos. Dessa forma

estimaram-se os modelos com os erros padrões consistentes com a presença de autocorrelação nos resíduos segundo o método da matriz de Newey-West.

Tabela 2 – Resultados do Modelo 1

Variáveis Explicativas	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística <i>t</i>	P-valor
Intercepto	0.000347	0.003652	0.095096	0.9244
<i>REC_TRIB</i>	0.598583	0.050820	11.77837	0.0000
<i>TRANSF</i>	0.329883	0.046133	7.150633	0.0000
<i>D</i>	-0.001469	0.004129	-0.355828	0.7226
R <sup>2</sup>	0.537521			
R <sup>2</sup> Ajustado	0.525457			
Estatística – F	44.55337	P-valor	0,0000	
Durbin – Watson	2.881593			

Fonte: Elaboração do autor

De acordo com os resultados apresentados acima, observa-se que as elasticidades estimadas das variáveis explicativas se mostraram estatisticamente significantes a um nível de 1% de significância com exceção da variável dummie *D* no qual mostrou-se estatisticamente insignificante indicando que a crise internacional não gerou mudança estrutural no comportamento entre as receitas do modelo. As elasticidades apresentaram sinais positivos, indicando que em média um aumento (diminuição) em uma variável explicativa acarreta em um aumento (diminuição) na variável dependente, onde um aumento de 1% na taxa de crescimento da Receita Tributária gera um aumento de aproximadamente 0,60% na receita corrente enquanto que um aumento de 1% na taxa de crescimento da Receita de Transferência gera um aumento de aproximadamente 0,33% na receita corrente.

Tabela 3 – Resultados do Modelo 2

Variáveis Explicativas	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística <i>t</i>	P-valor
Intercepto	0.003019	0.004027	0.749537	0.4551
<i>ICMS</i>	0.554561	0.061135	9.071030	0.0000
<i>FPE</i>	0.209407	0.057271	3.656409	0.0004
<i>D</i>	-0.003826	0.004998	-0.765450	0.4456
R <sup>2</sup>	0.441683			
R <sup>2</sup> Ajustado	0.427118			
Estatística – F	30.32537	P-valor	0,0000	
Durbin – Watson	2.941473			

Fonte: Elaboração do autor

Verifica-se de acordo com os resultados apresentados na tabela 3 que novamente a variável dummie *D* mostrou-se novamente estatisticamente insignificante. As elasticidades estimadas para as variáveis explicativas mostraram-se estatisticamente significantes a 1% e

geram em média aumentos de 0,55% e 0,20% na taxa de crescimento da receita corrente dado um aumento de 1% respectivamente nas taxas de crescimento do ICMS e do FPE.

Os resultados mostram que a crise internacional não gerou uma mudança estrutural no comportamento da receita corrente, e que a taxa de crescimento da receita tributária apresenta uma elasticidade em relação à taxa de crescimento da receita corrente de aproximadamente o dobro da elasticidade da taxa de crescimento da receita de transferência em relação à taxa de crescimento da receita corrente. O mesmo se verifica na comparação das elasticidades do ICMS e do FPE.

## 4 CONCLUSÃO

O presente trabalho iniciou com um breve histórico sobre a crise financeira que perdurou de 2008 a 2010, e com as definições de forma sucinta do que vem a ser receitas correntes e de capital, além dos seus subtipos, com o intuito de analisar de forma minuciosa se estas contas, em relação ao Estado do Ceará, sofreram impactos em virtude desta inquietude no mercado mundial.

Feito isto, verificou-se que estas receitas, durante todo o período estudado não sofreram qualquer impacto de maior representatividade, e que para chegar a esta conclusão foram feitos levantamentos dos ingressos de recursos nos cofres públicos do Estado no período entre 2002 e 2011. Foram elaborados gráficos de desempenho com o objetivo de verificar se ocorreram oscilações negativas durante todo o período, fato este que ocorreu em apenas algumas contas, mas sem que interferisse na arrecadação total do ente aqui analisado.

Em relação a principal fonte de recursos, ou seja, as receitas tributárias, mas especificamente no que condiz ao ICMS, em nenhum momento houve declínio em sua arrecadação, havendo sim, sempre incremento nesta conta, e de forma bastante constante. Outro fato que merece ser destacado faz referência às transferências correntes, onde juntamente com as receitas tributárias representam o maior volume de ingressos nos cofres do Estado. Dentre essas transferências destaca-se o Fundo de Participação dos Estados, que até o ano de 2008 se manteve sempre em constante elevação, sofrendo uma estagnação em 2009, até com uma ligeira queda, voltando a recuperar-se apenas em 2011.

Diferentemente do que ocorreram com as receitas correntes, que mantiveram seu patamar de crescimento constante mesmo no período da crise, as receitas de capital sofreram inúmeras oscilações, sejam positivas, sejam negativas, com destaque maior a ser dado aos anos de 2006 e 2010, chegando a um patamar de cerca de 1,6 bilhão de recursos arrecadados aos cofres do Estado, quando na maior parte deste período estes valores não atingiram a marca de 600 milhões de reais. Estas elevações na arrecadação nos anos de 2006 e 2010 ocorreram em virtude de um incremento nas contas de transferências de capital e nas operações de crédito que são as de maior participação nas receitas de capital.

Buscando responder ainda de forma mais consistente se o Ceará sofreu com a recente crise financeira, tentou-se analisar dois modelos Lineares de Regressão Múltipla do tipo Log-Log, objetivando estimar as elasticidades entre a receita corrente e as receitas tributária e de transferência e entre os principais componentes destas quais sejam, o ICMS e o FPE. Estas regressões também analisaram se a receita corrente foi afetada durante o período

de 2008 a 2011. Diante dos dados elaborados, chegou-se a conclusão que as receitas correntes, principal fonte de recursos do estado, não foram afetadas de modo consistente durante o período acobertado pela crise internacional, passando o Ceará de forma pouca danosa por este período de turbulência.

## REFERÊNCIAS

- ALÉM, Ana Cláudia; GIAMBIAGI, Fábio. **Finanças Públicas – Teoria e Prática no Brasil**. 3. ed. Revista e Atualizada. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2007.
- ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- BARROS, Octávio de; GIAMBIAGI, Fábio. **Brasil Pós-Crise: Agenda para a próxima década**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1998.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. **Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal – Tesouro Nacional**. Disponível em: <[www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/EntendendoLRF.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/EntendendoLRF.pdf)>.
- BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 mar. 1964.
- CALIENDO, Paulo. **Direito Tributário e análise econômica do direito, uma visão crítica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- CARVALHO. Deusvaldo. **Orçamento e Contabilidade Pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública – Teoria e Prática**. 11. ed. Revista e Atualizada. Editora Atlas, 2011.
- LEI nº 5.172 de 1966. **Código Tributário Nacional – CTN**. São Paulo: Atlas, 1997.
- MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 32. ed. Revista atualizada e ampliada, São Paulo: Malheiros, 2011.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva. NASCIMENTO, Carlos Valder do. **Comentários a Lei de Responsabilidade Fiscal**. São Paulo: Saraiva, 2001.
- MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2000.
- PIRES, João Batista Fortes de Souza. **Contabilidade Pública**. 10. ed. Brasília-DF: Franco & Fortes LTDA, 2011.
- PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade Pública – Uma abordagem da Administração Financeira Pública**. 10. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público, uma abordagem introdutória**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública – Um enfoque na Contabilidade Municipal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.